

17 REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS ENFERMEIROS

Estudos Técnicos/CNM – Janeiro de 2015

A Confederação Nacional de Municípios – CNM é contra qualquer piso salarial sem a fonte de recurso definida, pois os pisos oneram significativamente os cofres públicos municipais. Esse texto tem como objetivo demonstrar o impacto financeiro do Projeto de 2.295/2000, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, diminuindo das atuais 40 para 30 horas semanais. Atualmente nos três entes, são mais de 514 mil funcionários nas três categorias, apenas na esfera municipal são 329,6 mil funcionários, que corresponde a 63,8% do total.

Na tabela abaixo, está descrito o número de funcionários nas categorias. Esses dados são disponibilizados pelo Ministério da Saúde no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES.

Os salários praticados no país para essas categoriais foram retirados do site “O Salário” que contém dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para os enfermeiros, o salário médio é de R\$ 3.098,99 e para os Técnicos e Auxiliares o valor observado é de R\$ 1.154,91.

Com a redução para 30 horas, para manter a carga horária atualmente oferecida à população, será necessária a contratação de mais de 128 mil novos funcionários. A tabela abaixo está descrita o total de funcionários que cada ente terá que contratar para cumprir a carga horária.

Com a nova quantidade de servidores, o impacto nas contas dos entes, será superior a R\$ 4 bilhões. Na tabela abaixo podemos observar os valores dividido por ente.

Vale ressaltar que os municípios terão um impacto superior a R\$ 2,7 bilhões, por serem os maiores contratadores.

Posicionamento da entidade

A CNM teme que o estabelecimento de novos pisos salariais venha também a desrespeitar o §3º do art. 39 da Constituição federal, onde fica bem claro que os servidores públicos não fazem jus ao piso salarial definido para trabalhadores urbanos e rurais, previsto no art. 7º, inciso V da Carta Magna.

Vale ressaltar que isso já acontece com o piso do magistério que afetou toda a Administração Pública e hoje deixa os Municípios em grandes dificuldades financeiras para cumprir os valores estabelecidos.

O Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, esclarece que não é contrário à luta e as conquistas trabalhistas, porém, possui o papel de defender o Municipalismo brasileiro, e invoca ao Congresso Nacional para que observe essas situações, apresentadas pela CNM há mais de quatro anos. Também solicita que seja feita a avaliação dos impactos dessas propostas, preservando a autonomia constitucional conferida aos Municípios brasileiros em estabelecer seus quadros de pessoal e remuneração.